

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER**

**ANA MARIA DE SOUSA SILVA**

**A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO**

**JACOBINA DO PIAUÍ**

**2019**

ANA MARIA DE SOUSA SILVA

## A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Internacional - UNINTER requisito parcial para a obtenção do Grau de Bacharelado.

Orientadora: Natália Luiza de Souza

JACOBINA DO PIAUÍ

2019

ANA MARIA DE SOUSA SILVA

A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Monografia apresenta ao curso de Serviço Social da Universidade Internacional – UNINTER como registro parcial para obtenção do Grau de Bacharelado em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

---

Professora: (orientadora) Natália Luiza de Souza

Instituição: UNINTER

---

Este trabalho é dedicado a todos aqueles que acreditam na educação como algo para melhorar o mundo. E a todos que acreditaram em mim e depositaram confiança no meu trabalho me dando incentivo para que pudesse chegar à conclusão do mesmo.

## **AGRADECIMENTO**

Porque dele e por ele, e para ele, são todas as coisas.

Deus o mestre dos mestres que me guiou e deu sabedoria para elaborar este trabalho, aos meus pais Josimar e Luzia pelo incentivo e apoio sempre, ao meu filho Mateus a razão do viver, pela compreensão da minha falta de atenção enquanto elaborava o trabalho e pelas palavras de carinho, aos meus irmãos Geeldo, Geanne e João Carlos que sempre me inspiraram e deram forças nesta caminhada acadêmica, a minha prima Aline pela parceria nesses quatro anos de curso. E a todos que direta e indiretamente contribuíram comigo para que pudesse conquistar a vitória.

“A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo”.

Albert Einstein

## RESUMO

O trabalho discute a temática da importância do Serviço Social na educação, tendo como objeto relatar a importância do profissional do Serviço Social para efetivação de direitos na educação, buscou-se conhecer sobre a atual concepção do Serviço Social na educação, identificar e analisar as principais expressões de violências que vem sendo evidenciado nas escolas, avaliar as dificuldades e o nível de preparação do educador pedagógico diante da violência sofrida por crianças e adolescentes na escola e ainda demonstrar as ações negativas no desempenho do aluno levando o educador a recorrer ao profissional em Serviço Social, problematizando se o Serviço Social tem desempenhado uma educação inclusiva, garantindo os direitos e deveres, cumprindo as regras da normatização da Assistência Social em prol da população. Enquanto procedimento metodológico foi realizado uma pesquisa bibliográfica e de campo na Unidade Escolar Severo Rocha com a coordenação e direção da escola que propiciará observar a fragilidade da escola no município de Jacobina do Piauí- PI. A pesquisa junto a escola enriqueceu significativamente o trabalho, pois a escola precisa desempenhar seu papel na construção de uma sociedade igualitária e é através do conhecimento entre realidade do aluno com a realidade da comunidade que precisamos estar em sintonia sempre respeitando a realidade social, econômica e cultural de cada um.

Palavras - chave: Educação. Serviço Social e atuação

## **ABSTRACT**

This paper discusses the importance of Social Work in education, having as its objective to report the importance of the Social Work professional for the realization of rights in education. The aim was to know about the current conception of Social Work in education, to identify and analyze the main expressions of violence that has been evidenced in schools, to evaluate the difficulties and the level of preparation of the pedagogical educator in face of the violence suffered by children and adolescents in the school and also to demonstrate the negative actions in the student performance leading the educator to resort to the professional in service Social, questioning whether Social Work has performed an inclusive education, guaranteeing the rights and duties, complying with the rules of the standardization of Social Assistance in favor of the population. As methodological procedures, a bibliographic and field research was carried out in the Severo Rocha School Unit, with the coordination and direction of the school that will allow us to observe the fragility of the school in the municipality of Jacobina do Piauí-PI. Research with the school has significantly enriched the work because the school needs to play its role in the construction of an egalitarian society and it is through the knowledge between the student's reality and the community's reality that we need to be in tune always respecting the social, economic and cultural reality. of each one.

Keywords: Education. Social work and performance



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABEPSS: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CFESS: Conselho Federal de Serviço Social

CRESS: Conselho Regional de Serviço Social

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA: Educação Jovens e adultos

LDB: Lei de Diretrizes e Bases

UESR: Unidade Escolar Severo Rocha

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1. ORIGEM DA EDUCAÇÃO NO BRASIL .....</b>	<b>13</b>
1.2 TRAJETÓRIA E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL .....	14
1.3 O ATUAL SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO .....	15
<b>2. ORIGEM DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO .....</b>	<b>18</b>
2.1 ATUAL CONCEPÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO .....	20
2.2 COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO .....	23
<b>3. ESCOLA: PRINCIPAL CENÁRIO DE EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL ..</b>	<b>27</b>
3.1 PRINCIPAIS EXPRESSÕES DE VIOLÊNCIA VIVENCIADAS NAS ESCOLAS BRASILEIRAS .....	28
3.2 DIFICULDADES NA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CAMPO EDUCACIONAL .....	30
3.3 DIFICULDADES DO EDUCADOR PEDAGÓGICO DIANTE DA VIOLÊNCIA SOFRIDA POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA ESCOLA .....	32
<b>4. RESULTADO DA PESQUISA .....</b>	<b>37</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>43</b>

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa monográfica surge da necessidade de repensar a importância do Serviço Social na política educacional.

Diante das diversas mudanças no cenário brasileiro, como exposto por Barbosa (2015), o profissional de Serviço Social, principalmente a partir 1993, se articulando a um contexto mais democrático e uma teoria embasada nos ideais marxistas, passa a intervir frente à luta pela garantia dos direitos e do enfrentamento da questão social.

Existem vários tipos de problemas que são vistos pela falta de um profissional assistente social atuando diretamente na escola, a fragilidade que as escolas brasileiras têm apresentado e a necessidade de uma intervenção do profissional assistente social atuando frente às questões sociais sofridas por crianças e adolescentes da Unidade Escolar Severo Rocha no município de Jacobina do Piauí – PI senti a necessidade de conhecer mais sobre a importância do Serviço Social na educação.

Analisar, conhecer e entender a importância do Serviço Social na educação, com esse trabalho tenho o propósito de refletir sobre a importância do Serviço Social na educação e as dificuldades encontradas pela falta de assistente social atuando diretamente na escola.

A educação é um direito constituído a todos os cidadãos brasileiros, a escola por sua vez deve desenvolver nas crianças e adolescentes habilidades para prepará-los para interagir no meio conforme suas exigências para garantia efetiva da política educacional em conjunto com o enfrentamento das expressões da questão social que inevitavelmente estão inseridos nas relações sócias.

A escola precisa desempenhar seu papel na construção de uma sociedade igualitária, e é através do conhecimento entre realidade do aluno com a realidade da comunidade que precisamos estar em sintonia, respeitando a realidade social, econômica e cultural de cada um.

Desta forma pretendem-se investigar quais são as atribuições do profissional de Serviço Social na escola do município de Jacobina do Piauí – PI, como é seu dia-a-dia e o perfil dos alunos atendidos no município.

A educação hoje ocupa um lugar muito importante na organização das políticas setoriais. A constituição desse direito apresenta variadas especificações, que viabilizam sua exigibilidade.

Sabendo que esta monografia foi desenvolvida através de pesquisas, estudos em livros, artigos e sites na internet a mesma esta dividida em cinco capítulos, onde o primeiro capítulo é abordado a origem da educação no Brasil, sua trajetória e desenvolvimento e o atual sistema educacional e no segundo capítulo aborda a origem do Serviço Social na educação a atual concepção do Serviço Social na educação as competências e atribuições do Assistente Social na política de educação o capítulo três aborda a importância do Serviço Social na educação, a escola como principal cenário de expressões da questão social e as principais expressões de violência vivenciada nas escolas brasileiras e as dificuldades na atuação do assistente social no campo educacional, as dificuldades do educador pedagógico diante da violência sofrida por crianças e adolescentes na escola, o capítulo quatro trás as características da pesquisa e análise dos dados adquiridos na pesquisa de campo e por fim o ultimo capítulo trará as considerações finais.

A importância de um trabalho desse cunho é fundamental para despertar interesses e discussão sobre a importância do serviço social na educação. Sabe-se a importância do Serviço Social na educação, por essa razão são colocadas no presente trabalho as principais dificuldades encontradas nas escolas pela falta de assistente social trabalhando exclusivamente na política de educação no município.

Para isso nota-se que somos sempre aprendizes de algo novo. No entanto percebe-se a importância do Serviço Social atuando na educação, garantindo os direitos de crianças e adolescentes no enfrentamento das questões sociais na Unidade Escolar Severo Rocha no município de Jacobina do Piauí – PI.

## 1. ORIGEM DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A Educação no Brasil começa com a chegada dos portugueses, quando os padres assumiram o papel de catequistas e professores dos índios, assim, a história tem seu início marcado pela relação estabelecida entre religião e letramento, até que os jesuítas foram expulsos do país em 1759. Para Figueira (2005, p. 239). Os jesuítas também lhes davam aulas de moral e religião, mais receptivas que os adultos, as crianças poderiam, posteriormente, influenciá-los. Há relatos que também eram ensinadas artes e essas aulas com o passar do tempo acabara por influenciar também os adultos.

Somente muitos anos depois, a responsabilidade da educação coube ao Estado. Mas os professores não eram preparados para lecionar, tornavam-se professores as pessoas que tinham simplesmente recebido alguma instrução, as quais eram em sua maioria padres. Bezerra (2011).

Não se conseguiu implantar um sistema educacional nas terras brasileiras, mas a vinda da Família Real no início do século XIX permitiu uma nova ruptura com a situação anterior. Dom João VI criou as Escolas de Medicina (em 1808, implementadas pelo médico pernambucano Correia Picanço na Bahia e no Rio de Janeiro), Academias Militares (Academia Real da Marinha em 1808 e Academia Real Militar em 1810), o Museu Real (1818), a Biblioteca Real (1810), o Jardim Botânico (1810) e, sua iniciativa mais marcante em termos de mudança, a Imprensa Régia (1808). O Brasil foi finalmente "descoberto" e a nossa História passou a ter uma complexidade maior. Bezerra (2011).

A democratização da educação foi finalmente alavancada em 1920. Anísio Teixeira foi importante no combate à restrição da educação a uma minoria, bem como à relação da educação com a religião, naquela época, o direito a educação era somente para homens brancos que saíam do seu país de origem para estudar na Europa, ou em escolas religiosas. Bezerra (2011).

Ben Nunez (2010) comenta que. O Decreto 19.850 de 11 de abril de 1931 organizou o Conselho Nacional de Educação e a Constituição de 1934 deu-lhe a incumbência de criar o Plano Nacional de Educação. Em 1932 alguns intelectuais brasileiros como Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, dentre outros, assinaram o "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova". Desse modo, os intelectuais voltaram sua atenção para a educação, uma vez que, pretendiam

contribuir para a melhoria do processo de estabilização social. Não demoraram muito a declararem a insuficiência da pedagogia tradicional diante da exigência do mundo moderno, capitalista, concluindo que as instituições escolares deveriam ser atualizadas de acordo com a nova realidade social.

A educação brasileira foi e é regulamentada pelo Governo Federal, através do Ministério da Educação, que define os princípios orientadores da organização de programas educacionais, os governos locais são responsáveis por estabelecer programas educacionais estaduais e seguir as orientações utilizando os financiamentos oferecidos pelo Governo Federal. As crianças brasileiras têm que frequentar a escola no mínimo por nove anos, porém a escolaridade é normalmente insuficiente. A Constituição Brasileira de 1988 estabelece que educação seja um direito para todos, um dever do Estado e da família, e está a ser promovida com a colaboração da sociedade, com o objetivo de desenvolver plenamente o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação nos trabalhos com vista ao bem-estar comum. Bezerra (2011)

## 1.2 TRAJETÓRIA E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A política de educação, desde o seu surgimento, passou por lentos e consideráveis avanços na sua efetivação. Essa que era, inicialmente, ofertada exclusivamente pela igreja, passa a ser de responsabilidade do Estado, sendo então, laica, gratuita e de qualidade. Santos (2010).

De acordo com o artigo a “Educação no Brasil”. A Constituição promulgada após a Revolução de 1930, em 1934, consigna avanços significativos na área educacional, incorporando muito do que havia sido debatido em anos anteriores. No entanto, em 1937, instaura-se o Estado Novo outorgando ao País uma Constituição autoritária, registrando-se em decorrência um grande retrocesso. Após a queda do Estado Novo, em 1945, muitos dos ideais são retomados e consubstanciados no Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, enviado ao Congresso Nacional em 1948 que, após difícil trajetória, foi finalmente aprovado em 1961 (Lei nº 4024). Santos (2010).

No período que vai da queda do Estado Novo, em 1945, até a Revolução de 1964, quando se inaugura um novo período autoritário, o sistema educacional brasileira passará por mudanças significativas, destacando-se entre elas o

surgimento, em 1951, da atual Fundação CAPES (Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior), a instalação do Conselho Federal de Educação, em 1961, campanhas e movimentos de alfabetização de adultos, além da expansão do ensino primário e superior. Na fase que precedeu a aprovação da LDB/61, ocorreu um admirável movimento em defesa da escola pública, universal e gratuita.

No Brasil, podemos dizer que foi com Anísio Teixeira, na década de 50, que se iniciaram as primeiras tentativas efetivas de implantação de um sistema público de escolas com a finalidade de promover uma jornada escolar em tempo integral, consubstanciada em uma formação completa. (COELHO, 2009. p. 90).

A educação brasileira nem sempre foi vista com prioridade porque foi uma concessão da classe dominante para produzir gente para atuar no mercado de trabalho, a educação promove o desenvolvimento, o crescimento econômico e o progresso de uma nação. Assim como as demais políticas públicas, a educação enfrenta problemas que já deviam ter sido solucionados, mas que são encarados como algo natural. Sendo sucateada e nunca prioridade pelos governantes. A própria lei garante meios de prover o retrocesso educacional e o prolongamento de prazos para o cumprimento de metas e a partir de então, problemas como o analfabetismo, que já devia ter sido superado pela educação básica, ainda persistem no século XXI de forma significativa. Santos (2010).

Na década de 50, alguns educadores iniciaram um debate acerca da Educação de Jovens e Adultos (EJA), questionando se ela era apenas uma transmissora de conteúdos ou uma possibilidade de difusão de ideias. Eles começaram a se preocupar com o enfoque de seu trabalho, não querendo mais que este fosse apenas um transmissor de programas pré estabelecidos. Para esses educadores, uma Educação destinada às camadas populares não poderia ficar presa somente à transmissão de conteúdos, pensava-se na formação de pessoas críticas e conscientes. Santos (2010).

### 1.3 O ATUAL SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

No Art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) diz que: A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

O declínio acentuado da taxa de analfabetismo, expressivo aumento do número de matrículas em todos os níveis de ensino e gradual crescimento da escolaridade média da população, não pode ser dito em frente aos indicadores de qualidade e igualdade. Alves (2009).

Ele ainda afirma que com a promulgação da Constituição de 1988, as LDBs anteriores foram consideradas obsoletas, mas apenas em 1996 o debate sobre a nova lei foi concluído. A atual LDB (Lei 9394/96) foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro da educação Paulo Renato em 20 de dezembro de 1996. Baseada no princípio do direito universal à educação para todos, a LDB de 1996 trouxe diversas mudanças em relação às leis anteriores, como a inclusão da educação infantil, creches e pré-escolas como primeira etapa da educação básica.

E que no período de 2007 a 2014 foi mantida a tendência de declínio das taxas de analfabetismo e de crescimento da taxa de escolarização do grupo etário de 6 a 14 anos e do nível de educação da população. O diferencial por sexo persistiu em favor da população feminina.

O nível de instrução cresceu de 2007 para 2014, sendo que o grupo de pessoas com pelo menos 11 anos de estudo, na população de 25 anos ou mais de idade, passou de 33,6% para 42,5%. O nível de instrução feminino manteve-se mais elevado que o masculino. Em 2014, no contingente de 25 anos ou mais de idade, a parcela com pelo menos 11 anos de estudo representava 40,3%, para os homens e 44,5%, para as mulheres. Alves (2009)

Freire (2003, p.203) comenta no seu livro dialogado com Horton

Há uma diferença qualitativa quando os líderes da classe trabalhadora descobrem algo que é muito óbvio, isto é, descobrem que a educação que reproduz a própria classe trabalhadora. (...) A intenção ideológica da classe dominante não poderia ser outra.

Embora a educação seja um direito de todos, nem todos tem acesso a ela, está além de um treinamento, pois ela é a base para que o sujeito aprenda e se inclua na classe trabalhadora. Washington Lair Urbano Alves (2009) afirma. A educação hoje ocupa um lugar muito importante na organização das políticas



setoriais, a constituição desse direito apresenta variadas especificações que viabilizam sua exigibilidade. A universalidade do acesso e permanência na escola, gratuidade e obrigatoriedade, proximidade à residência, qualidade de oferta, direito público subjetivo para o ensino obrigatório, educação infantil, atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, acesso aos níveis mais elevados do ensino, segundo a capacidade de cada um, oferta de ensino noturno regular e adequado às condições do adolescente trabalhador e programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência a saúde.

E que ainda não se trata de qualquer educação, e sim de uma educação emancipadora, que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades e que dê um novo sentido à noção de cidadania direcionada pelo capitalismo, uma cidadania fundada na igualdade das relações entre o capital e o trabalho que em sua gênese são contraditórias:

A educação, na perspectiva capitalista, é uma das formas de se assegurar a sociabilidade necessária à reprodução do próprio capital. Uma educação que conforma sentidos, valores e comportamentos em uma dimensão também desumanizadora. Pensar a educação nos marcos da sociedade capitalista requer seu sentido hegemônico e as possibilidades de resistências e de constituição de outras formas de sociabilidade. (Almeida; Alencar, 2012, p.94)

Assim, faz-se necessário ampliar e consolidar direitos sociais, numa perspectiva de conquista de políticas sociais, envolvendo a concepção da política educacional.

## 2. ORIGEM DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

As primeiras escolas de Serviço Social no Brasil surgem na década de 1930. Esse período, considerado um marco na história do Brasil, caracteriza-se pela ruptura com o modelo econômico vigente, agro-exportador, e pela descentralização do poder político, que até aquele momento era exercido em alternância pelos estados de São Paulo e Minas Gerais, na chamada política café com leite. Silva (2005).

O período antes e pós-Primeira Guerra Mundial caracteriza-se como de significativa manifestação dos movimentos sociais no Brasil, evidenciando-se a situação de pobreza e precárias condições de trabalho e habitação vividas pela população trabalhadora urbana, formada principalmente por migrantes, requisitada pela emergente indústria brasileira. Esses movimentos tinham como protagonista o proletariado que lutava principalmente pela defesa do poder aquisitivo dos salários, proibição do trabalho da criança, redução da jornada de trabalho e regulamentação do trabalho da mulher e do adolescente. Parcela dessa classe proletária tinha como bandeira de luta o projeto de transformação social, influenciados esses movimentos principalmente pelas idéias do socialismo e anarquismo. É este quadro que caracteriza a denominada emergência da questão social no Brasil. A propósito há relatos históricos que o Serviço Social surgiu no Brasil, nos estados e Pernambuco e Rio Grande do Sul em 1946, os quais foram os primeiros a abordarem o Serviço Social Escolar (AMARO, 1997 apud PIANA; 2009b). Segundo Santos (2010).

A educação, adquirida no decorrer da vida do homem, pode, como processo social, reforçar a coesão social, atuando como força conservadora; ou, então, estimular ou libertar as possibilidades individuais de autodireção e escolha entre alternativas divergentes, em determinados momentos em que se afrouxam os meios sociais coercitivos. (SANTOS, 2010)

A educação nos abre portas e uma perspectiva de a vida melhor, embora nem todos tenham acesso a ela, ela ainda pode transformar o mundo.

De acordo com Piana (2009b) até meados de 1970 o Serviço Social era vinculado como ideologia por subordinação ou como alternativa ao projeto político do Estado em poder vigente. Contudo, os movimentos de reconceituação que assegurava a identidade profissional e no término do Serviço Social conservador e

tradicional foi que o ambiente educacional tornou-se foco na atuação. Piana (2009) afirma que:

O Serviço Social, recentemente, tem sido reconhecido como profissão fundamental na perspectiva curricular da educação e ocupado espaços importantes no processo de execução política educacional (PIANA. 2009b, p.185-186)

De acordo com Areque e Sousa (2009) é importante destacarmos que o Serviço Social na educação tem um papel de extrema relevância, uma vez que intervém em ações praticas relacionada com diagnósticos sociais, oferecendo alternativas aos problemas vivenciados pelo educando e sua família, o que colabora para o sucesso educacional e social, a política educacional adotada a partir da Constituição de 1937, durante o período do Estado Novo, acabou preconizando o atendimento de interesses diversos do setor tradicional apoiado pela Igreja Católica, era a Igreja a portadora de forças morais necessárias para a Reconstrução Nacional do setor moderno da nova burguesia urbano-industrial, pois trazia idéias renovadoras e, das camadas populares, pois eram elas que dariam impulso como força de trabalho na emergente industrialização. Porém, para as elites a Escola classificava socialmente, enquanto que para as camadas populares, a Escola tinha a função de prepará-las para o mercado de trabalho.

Embora as políticas sociais e políticas educacionais estejam inseridas por meio de um mesmo contexto, é perceptível que a presença do profissional de Serviço Social ainda se torna muito pouco, mostrando à ineficiência de muitos projetos sociais devido à demanda da comunidade e em contrapartida a desinformação de seus direitos. Entretanto o mesmo autor destaca que estas recentes aproximações do Serviço Social no âmbito educacional provêm dos avanços teóricos da profissão nas discussões em desdobrar o conhecimento e a ação profissional, assim como suas estratégias de articulação aos movimentos sociais atuante em construção de novos projetos societários, onde a comunidade luta por cidadania mostrando um componente fundamental para sua unidade. Silva (2005)

Nesse sentido, a atuação profissional do Assistente Social está diretamente relacionada com a totalidade das necessidades humanas e sociais, e com a articulação das políticas públicas sejam elas de saúde, assistência social, habitação

ou educação, com a finalidade de contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população. O Serviço Social tem em suas ações mecanismos para desafiar conjunturas e construir viabilidades em um cotidiano contraditório, buscando decifrar a realidade histórica que engloba as conjunturas educacionais e os desafios do cotidiano. Silva (2005),

## 2.1 ATUAL CONCEPÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Almeida (2007) afirma. O campo da Educação é um espaço sócio ocupacional em que o Serviço Social atua e sua inserção neste espaço não é um fenômeno recente, visto que é um campo no qual o Serviço Social relaciona-se desde a sua profissionalização e sua trajetória nessa área foram baseadas na necessidade de qualificação da força de trabalho e pelos processos de alargamento do acesso à educação escolarizada ligado as estratégias de enfrentamento da pobreza.

A inserção do Assistente Social na área da educação tem sua origem com as primeiras escolas de Serviço Social, ainda na década de 1930. Desde que surgiu como profissão, o Serviço Social atua por meio de processos educativos numa perspectiva de ajuste do indivíduo ao meio social, voltada para o exercício de um controle social sobre a família proletária e em relação aos processos de socialização e educação na classe trabalhadora durante o ciclo de expansão capitalista experimentando no período varguista (Almeida, 2007, p.13)

A partir da década de 1990, com a consolidação de seu projeto ético-político e a conseqüente mudança de paradigmas, o Serviço Social ampliou fortemente sua inserção na política de educação, quando os debates e reflexões a respeito de sua atuação começaram a ganhar destaque. Assim, a atuação do assistente social na política educacional ocorreu conforme os níveis e as modalidades, é fundamental que não se perca o significado político da construção histórica do Serviço Social na educação, é preciso ao contrario, correlata-lo aos processos políticos que a integram sob a égide do capital e sua lógica da mercadoria.

Almeida (2007) destaca esses processos, relacionando a educação escolarizada com as transformações no mundo do trabalho. É fundamental perceber que todo processo educativo tem uma função política, alinhada algumas vezes a contradição inerente à relação entre capital e trabalho.

Iamamoto afirma que a prática profissional é dotada de uma dimensão política e que é esta que confere àquele que a exerce, ou seja, o assistente social tem condições de olhar para mais longe, para o horizonte do movimento das classes sociais e suas relações nos quadros do Estado e da sociedade nacional (2007, p.120).

Assim é visto que o assistente social tem grande relevância na construção de uma educação de qualidade e desenvolvimentista, visto que em parceria com o corpo docente têm a responsabilidade de integralizar grupo, e despertar o senso crítico dos alunos que também são cidadãos.

Segundo Almeida (2000) Durante muitos anos a associação entre Serviço Social e educação esteve, quase que de forma automática, relacionada ao campo da formação profissional ou à dimensão educativa do trabalho dos assistentes sociais. As razões não nos são desconhecidas: uma franca alteração no perfil do mercado de trabalho, no que se tange à efetiva atuação dos assistentes sociais no âmbito dos estabelecimentos e da política educacional ao longo dos anos 70 e parte dos 80, a afirmação do debate e das práticas sobre educação popular que se estenderam para além dos muros institucionais, além do reconhecido avanço teórico e político que as abordagens sobre a formação dos assistentes sociais ganharam no final deste século, particularmente face à atuação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (Almeida: 2000a, 19-20). O profissional de Serviço Social dentro das instituições do campo educacional vem para dar respostas e amenizar tensões sociais, intervindo junto aos alunos com ações sócias educativas, palestras informando sobre os seus direitos sociais, bem como a frente de programas e projetos sociais.

A PL nº 3.688, de 2000, defende que a atuação de assistentes sociais nas escolas, por intermédio de seu trabalho junto aos estudantes e suas famílias, contribuiria positivamente para o aperfeiçoamento e incremento do rendimento escolar, uma vez que estes seriam capazes de abordar e propor soluções no trato dos problemas sociais que interferem no cotidiano de escolarização e formação social das crianças (2000).

É justamente no ambiente escolar que podemos perceber as diferentes classes sociais e onde podemos encontrar possíveis problemáticas político-sociais. A atuação do Serviço Social na escola é tão importante quanto à presença dos professores em salas de aula. Este profissional pode e deve colaborar com a

educação adotando uma prática de inclusão, desenvolvendo atividades de conscientização entre os alunos, mostrando para eles qual é a sua história, como trabalhar em grupo e a importância de respeitar as diferenças. O profissional Assistente Social tem a possibilidade de atuar neste cenário educativo promovendo discussões e debates de diversos assuntos e situações do dia a dia, incluindo ainda em suas atividades pais e alunos. A PL 3688/2000 que insere assistentes sociais e psicólogos na rede de educação pública de ensino básico, embora só precisem da sanção do presidente para entrar em vigor, vários profissionais estão desacreditados que isso possa acontecer. Senado Federal (2000)

A luta dos assistentes sociais por seus direitos vem de muitos anos e mesmo diante das adversidades, os assistentes sociais seguem reafirmando suas lutas, reafirmando os limites do sistema capitalista, defendendo as políticas sociais e reafirmando a importância de não retroceder, mas de avançar e aprofundar nossa democracia para construir um modelo de democracia substantiva e real, combinando as liberdades individuais e coletivas, a participação social e os direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. Almeida (2000)

Atualmente, o trabalho do assistente social na política educacional se dá a partir de três esferas governamentais; federal, estadual e municipal, dentro de instituições filantrópicas e instituições privadas conforme a Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB), essa Lei define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição. De acordo com Almeida (2000).

(...) Pensar essa inserção dos assistentes sociais exige identificar que a política educacional engloba diferentes níveis e modalidades e modalidades de educação e ensino: a educação que é composta pela educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos; a educação profissional; a educação superior e a educação especial. A organização e a execução desses diferentes níveis de educação e ensino cabem ao Estado em seus três níveis de atuação: a união, os Estados e os municípios, sendo que cada um deles tem responsabilidades e incumbências diferenciadas. Destarte, é fundamental que não se perca a dimensão de totalidade na compreensão do significado que a política educacional tem a partir desse desenho institucional na relação entre o mundo da cultura e do trabalho, ou seja, no âmbito da dinâmica que particulariza as esferas da produção e da reprodução social. (ALMEIDA, 2000, p.18)

O profissional de Serviço Social na área da educação é pertinente e objetiva conceber alternativas que considerem as peculiaridades da profissão inserida no

campo educacional e que acaba por fazer refletir sobre as políticas públicas. Assim o assistente social dentro das instituições do campo educacional vem para dar respostas e amenizar tensões sociais, intervindo junto aos alunos com ações educativas, palestras informando sobre os seus direitos sociais, bem como a frente de programas e projetos sociais.

## 2.2 COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

As atribuições e competências dos assistentes sociais, sejam aquelas realizadas na educação ou em qualquer outro espaço sócio ocupacional, são orientadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), bem como nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Estes instrumentos afirmam a concepção de projeto ético-político profissional hegemônico no serviço social brasileiro, gestada desde o final dos anos 1970. Souza (2017)

Diante desse contexto, é importante conhecer um pouco da construção histórica de política do Serviço Social na educação, encabeçado pelo conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (Cress), onde as ações fizeram parte da agenda de lutas da categoria a partir do ano 2000, apontando sempre na direção da defesa da educação como um direito social de cidadania, em consonância com os princípios e normas previstos em lei. Souza (2017)

Iamamoto. (2000, p. 37) diferencia competências de atribuições para que seja possível entender o papel do assistente social na política setorial de educação, é importante primeiramente identificar as competências e atribuições privativas do profissional em Serviço Social.

São competências do assistente social:

Art. 4º[...]

I – elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares.

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil.

III – encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.

[...]

V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos.

VI – planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais.

VII – planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais.

VIII – prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas ao inciso II deste artigo.

IX – prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade.

X – planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social.

XI – realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas e outras entidades. Iamamoto. (2000, p. 37)

Essas competências previstas na lei de regulamentação profissional do assistente social remetem a ações desenvolvidas nos diversos espaços de trabalho em que o profissional está inserido e, apesar da exigência de capacidade técnica não é uma exclusividade do profissional assistente social. As prerrogativas que configuram exclusividade do assistente social na identidade profissional estão listadas no art. 5º da mesma lei.

Art. 5º[...]

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social.

II – planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social.

III – assessoria e consultoria e órgãos de Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social.

IV – realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social.

V – assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós – graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular.

VI – treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social.

VII – dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós – graduação.

VIII – dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social.

IX – elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social.



- X – coordenar seminários, encontros congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social.
  - XI – fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais.
  - XII – dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas.
  - XIII – ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.
- Iamamoto. (2000, p. 37)

Tais princípios, direitos e deveres, articulados às atribuições e competências, devem ser observados e respeitados tanto pelos profissionais, quanto pelas instituições empregadoras, vale lembrar que competências expressam a capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela concernentes ao trabalho do assistente social na Política de Educação, para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação em função da capacitação dos sujeitos profissionais e atribuições se referem às funções privativas do assistente social, isto é, suas prerrogativas exclusivas (Iamamoto, 2002, pág. 16).

As competências e atribuições dos assistentes sociais, nessa direção e com base na Lei de Regulamentação da Profissão, requisitam do profissional algumas competências gerais que são fundamentais à compreensão do contexto sócio-histórico em que se situa sua intervenção, os assistentes sociais implementam a política de educação, atuando em instituições que ofertam diferentes níveis e modalidades de ensino, básico, profissional, superior e especial.

Os assistentes sociais atuam com planos, programas e projetos voltados para a assistência estudantil, políticas afirmativas, concessão de bolsas quando é na esfera privada, evasão escolar, uso de drogas, rendimento acadêmico insatisfatório, violência, garantia de gestão democrática e recursos humanos. Souza (2017)

E que os assistentes sociais inseridos na política de educação vêm sendo muito requisitado pelas instituições para atuarem na gestão escolar, em programas destinados a ampliação do acesso a educação e da permanência dos estudantes na escola, reforçando, assim, os preceitos éticos políticos do Serviço Social e sua luta sistemática pela garantia desse direito social que é a educação pública.

É importante ressaltar que o campo da educação é uma ampla área de trabalho e, por isso, a atuação do assistente social não se restringe apenas às demandas individuais dos estudantes, ela abrange também ações junto às famílias desses indivíduos, bem como aos outros atores sociais da política como

trabalhadores da educação, movimentos sociais, conselhos de educação e a comunidade e geral.

Mesmo sendo conhecido que os problemas sociais que afetam o cotidiano de vida dos usuários da política educacional têm raízes advindas da relação contraditória entre capital e o trabalho e do conseqüente padrão de acumulação de capital, a atuação profissional do assistente social ocorre no sentido de garantir a inclusão social, o acesso dos usuários aos direitos sociais e às condições mínimas para o efetivo exercício da cidadania. Souza (2017)

### 3. ESCOLA: PRINCIPAL CENÁRIO DE EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

Desde o surgimento da escola na sociedade brasileira, voltada para interesses e práticas européias, visualiza-se um cenário repleto de conflitos sociais, solidificados devido a um contexto de desigualdade e exploração social em meio a um modelo econômico agroexportador e escravista. (DENTZ; SILVA, 2015).

A escola apresenta inúmeras questões que ultrapassam os limites da formação pedagógica e escolar, já que se trata de um espaço múltiplo que cada dia se transforma a partir da realidade societária. Segundo Yamamoto (1999, p. 27), a Questão Social pode ser definida como: O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Certamente expressões da questão social estão presentes na família, na comunidade e nas relações, e acabam sendo levadas e vivenciadas também no espaço escolar, uma vez que os sujeitos não se distanciam do que vivem a partir do momento em que freqüentam a escola. Bezerra (2017).

As escolas são espaços em que expressões da questão social se manifestam e, assim, necessitam de enfrentamento, na escola se inserem estudantes que apresentam uma diversidade de questões relacionadas a desigualdades de gênero, raça e sexualidade, a condições socioeconômicas e a vivências em contextos de vulnerabilidade e risco pessoal e social. Além de conviverem, principalmente em instituições públicas, com o alto índice de evasão escolar, repetência e analfabetismo. Fatores condizentes a uma realidade pautada pela desigualdade no decorrer do contexto histórico brasileiro, que posicionam a classe pauperizada em uma condição difícil e atrelada à ordem capitalista, que, muitas vezes, recorre a trabalhos precários, sem garantias, podendo vir a se inserir em situações de vida expostas, por exemplo, a

[...] relações familiares precárias, pais negligentes, trabalho infantil, maus tratos com crianças, violência e exploração sexual, desemprego, miséria, fome, drogas, abandono e várias formas de discriminação social que geram a evasão escolar marcando o início de uma história de exclusão. (SILVA; RESENDE; ALMEIDA, 2016, p.2)

Para alguns a escola torna como lar, onde se sintam aconchegados, cuidados e amados pelo corpo docente já que não recebem isso de casa. No entanto as famílias são aliadas fundamentais no enfrentamento à questão social que adentra o espaço escolar, marcadas por dificuldades intensificadas na sociedade capitalista sob relações sociais de exploração e negação dos seus direitos e necessidades sociais. Em um contexto histórico, as famílias passam a se situar como as primeiras e mais importantes instrumentos de interação e formação do ser humano em seu modo de ver a realidade. (SANTOS, 2012).

### 3.1 PRINCIPAIS EXPRESSÕES DE VIOLÊNCIA VIVENCIADAS NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

As violências nas escolas não surgiram derrepente, ela surgiu das relações sociais da história econômica e social do nosso país. De acordo com Sposito (2001), apesar da temática 'violência na escola' ser relevante e premente no Brasil, apenas no início da década de 1980, a partir da proposta de redemocratização do país, o debate sobre a relação entre a violência e a escola tornou-se objeto de estudo legítimo no meio público e acadêmico, recebendo a atenção do Estado e da imprensa escrita e eletrônica como um problema social. Bezerra (2017).

Já seguindo as preleções de Vigotski (2004), depreendeu-se que para discorrer sobre a violência relacionada à educação escolar seria preciso voltar o olhar à constituição humana, permeada pela cultura como um processo em que o homem é considerado um ser biológico que se transforma nas/pelas relações sociais vivenciadas no contexto no qual está inserido.

Contudo a violência atinge diversos seguimentos e não somente a escola, a respeito do fenômeno da violência escolar no Brasil e da forma de suas manifestações, é visível o impacto nas relações cotidianas educacionais e suas expressões dentro desse contexto. Cabe sinalizar a relevância em apreender o fenômeno dentro do seu contexto, não se atendo apenas à forma como se apresenta, mas buscando a interpretação daquilo que é considerado ou não como violência para os indivíduos que a estão vivenciando.

Os diferentes tipos de violência (física, verbal, simbólica) e suas manifestações dentro e fora da escola: A perda da função socializadora da instituição escolar (os valores da cultura e a ausência de legitimidade do professor); As relações entre a violência e a formação dos professores; As características das escolas que apresentam os maiores índices de casos; As relações entre a violência e o desempenho dos alunos; O bullying (com ênfase no perfil das vítimas e dos agressores); As relações com o contexto familiar dos alunos. Lavelberg (2012)

Assim como acontece com nossa sociedade, a escola não está imune à violência social e acaba sendo um espelho dessa realidade.

Mas a violência nas escolas, à medida que põe em risco a ordem, a motivação, a satisfação e as expectativas dos alunos e do corpo docente, tem efeitos graves sobre elas, contribuindo para o insucesso dos propósitos e os objetivos da educação, do ensino e do aprendizado.

Minayo e Capurchande (2011) Destacam que há instituições públicas que legitimam e autorizam a circulação e o controle de informações sobre a violência, tratando-as como instrumentos de domínio privado e não como uma prestação de serviços à sociedade. Isso ocorre por causa das relações patrimoniais autoritárias, burocratizadas e preconceituosas que marcam as estruturas institucionais do país.

Mas é sabido que a escola, hoje, está passando por uma crise relacionada à socialização, e ela tem enfrentado dificuldades na transmissão das normas e dos valores gerais da sociedade. Além disso, a escola regida pelo modelo tradicional, com o manejo de classe nas mãos exclusivamente dos professores e dos alunos em posição de obediência e subalternidade, perdeu-se no tempo. A sala de aula onde vigoram novos modelos de relações entre professores e alunos, onde tudo pode ser passível de discussão, onde a hierarquia fica menos visível, onde os alunos têm o direito de opinar, é uma nova realidade. Esses novos modelos, com capacidade de maior elasticidade de tolerância, implicam novas definições de disciplina. Bezerra (2017).

As violências vivenciadas nas escolas atualmente não remetem somente a falta de socialização, mas há diversos tipos e uma das mais ocorridas é o bullying. A escola é o local mais suscetível à prática de bullying, as crianças e os jovens, por estarem em fase de formação, também vivenciam necessidade de auto-afirmação e, às vezes, não estão acostumados a conviver com diferenças. Mas esse tipo de

violência não é cometido somente contra alunos, mas com todo o corpo docente. Lavelberg (2012)

Nos dias atuais o ambiente escolar é visto por muitos pais e familiares como o único espaço dedicado ao conhecimento de direitos e deveres e à prática da educação. No espaço familiar quase não se impõe limites em crianças e jovens. Com a liberdade de satisfazer suas próprias vontades sem qualquer orientação de boa conduta, o público jovem acaba sendo espelho do próprio ambiente de origem, quase sempre fazendo parte de uma rotina em que se desconhece que a educação começa em casa. A ausência do acompanhamento da família é um fator agravante. Os pais não têm como acompanhar os filhos devido ao fato de trabalharem, ou muitas vezes não se importarem com eles. (COUTO, 2008, p. 37).

### 3.2 DIFICULDADES NA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CAMPO EDUCACIONAL.

O desafio é redescobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual, traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo (IAMAMOTO, 1998, p.75).

O papel do Assistente Social consiste em apoiar e promover a superação das contradições e dificuldades individuais e coletivas, bem como contribuir para uma gestão escolar participativa e efetiva. O papel do profissional do Serviço Social está na defesa dos direitos e da oferta de acesso a políticas públicas de qualidade, tais como, a educação. Ainda são poucos os Assistentes Sociais atuantes nas escolas, e ainda há profissionais que não sabem como se dá a atuação do profissional de Serviço Social no âmbito escolar. O Serviço Social tem seu berço na Igreja Católica, pegando como referência o Período de 30 a 45 com o surgimento da profissão no Brasil, sob influência europeia, nascido também aqui para dar conta do fenômeno da questão social sob a ótica da manutenção da ordem. Souza (2017)

Segundo Iamamoto e Carvalho (2001), o início do Serviço Social se encontra na ação social e na doutrina da igreja, com o propósito de controlar o homem e adaptá-lo a uma sociedade equilibrada. Em suma, o serviço social, nasceu por influência

direta da Igreja Católica, em âmbito de formação, prática e discurso de seus agentes, o trabalho do Assistente Social é com as diferentes formas da questão social, buscando uma forma de diminuir as desigualdades e garantir os direitos sociais de cada cidadão.

Iamamoto (2007) diz: Que é imprescindível compreender que a prática profissional é dotada de uma política e que é esta que confere àquele que a exerce, ou seja, o assistente social tem condições de olhar para mais longe, para o horizonte do movimento das classes sociais e suas relações nos quadros do Estado e da sociedade nacional. (2007, p.120)

Portanto todo o processo educativo é fundamental o trabalho do profissional de Serviço Social, pois busca igualar os direitos do cidadão/aluno. O Serviço Social na educação chega para reforçar a equipe interdisciplinar, contribuindo com a sua formação técnica-metodológica no enfrentamento as demandas que surgem no campo escolar, proveniente das diversas expressões da questão social, o seu trabalho é voltado para ampliação e garantia os direitos sociais e na edificação de projetos na política educacional, assegurando o direito à educação, ao acesso e a permanência do aluno na escola.

O Serviço Social através da figura do assistente social desempenha um importante papel dentro da estruturação do projeto pedagógico e escolar, as suas atribuições dentro do ambiente pedagógico estão relacionadas à orientação dos educadores em um programa educacional voltado para o contexto social apresentado na comunidade em questão. Bezerra (2017).

A inserção do assistente social na escola vai contribuir para que a educação se torne uma prática de inclusão social, preparando, capacitando e emancipando, podendo notar que tanto o serviço social e a educação desenvolvem ações de trabalhos afins em que possibilita e da oportunidade as pessoas para que cada um seja capaz de fazer sua própria história. Segundo Amaro (1997) “Reflete que educadores e Assistentes Sociais compartilham desafios semelhantes, e que tem na escola como ponto de encontro para enfrentá-los”, nota-se que os dois enfrentam dificuldades semelhantes no dia a dia. Ao enfrentar algumas questões o profissional da educação não esta preparado para lidar com tal problema, é nesse ponto que se torna primordial a inserção do assistente social nesse campo, é onde ele vai trabalhar com os seus instrumentais nas mais diversas expressões da questão social

Iamamoto fala sobre os desafios enfrentados na atualidade pelos profissionais de serviço social:

[...] desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. (IAMAMOTO, 2009a, p.20).

Torna-se uma tarefa nada fácil para o assistente social intervir visto que o Campo de atuação muitas vezes se torna contraditório onde dificultam a solução de algumas demandas. O assistente social trabalha com atendimento prestado a família, estudantes e também a rede social em que se encontra em atuação e que para poder atuar com êxito muitas vezes o profissional de serviço social necessita de um mediador para que possa integrar e fazer funcionar tal demanda. O assistente social ele vai atender as famílias de forma que possibilite trazer a realidade do estudante até os pais, orientando como lidar com tais dificuldades, também sobre o material didático, questões familiares que incluem afetos, compreensão, um lar saudável, valores, dificuldades enfrentadas econômicas e também sobre a rede socioassistencial e porque é necessário. Costa (2012)

O assistente social inserido no ambiente escolar deve estar voltado na perspectiva da efetivação de uma gestão escolar plena, a qual possa envolver todos os sujeitos do cenário escolar na construção de uma política que atenda o aluno em sua integralidade. Contribuindo para a prevenção de situações cotidianas como a evasão escolar, drogas, alcoolismo, violência, preconceitos, bullying entre outras situações procedentes das questões sociais. Através de trabalhos preventivos que mobilize a comunidade escolar e a sociedade com vistas a colaborar no processo de democratização da educação e ao fortalecimento da gestão escolar. Souza (2017).

### 3.3 DIFICULDADES DO EDUCADOR PEDAGÓGICO DIANTE DA VIOLÊNCIA SOFRIDA POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA ESCOLA

De acordo com os estudos de Souza (2008), a violência tem várias causas, entre elas podemos enumerar o rápido crescimento industrial, a sofisticação das tecnologias, consumo exacerbado, concentração de renda, as privações sociais referentes à aquisição de bens de consumo, ou até mesmo o difícil acesso a



serviços essenciais ao ser humano, causam carências, frustrações o que contribuem para a manutenção ou, até mesmo agravamento do problema. Segundo a autora:

Em uma sociedade capitalista, como a brasileira, a concentração de renda se faz de maneira desigual, onde a minoria tem muito dinheiro e a maioria convive com o mínimo necessário. Vive-se em uma sociedade desigual com um discurso elitista onde é preciso trabalhar, para deixar de pertencer à maioria. A desigualdade social de forma geral colabora para o aumento da violência em decorrência da fome, estresses e desemprego que afetam grande parte da população (SOUZA, 2008, p. 07)

As políticas públicas desenvolvidas ao longo de vários anos, no Brasil, acabaram sucateando as escolas e promovendo uma crescente desvalorização social do professor, aliada ao seu empobrecimento marcante, com reflexos profundos em sua autoestima. Isto constitui um quadro que pode ser pensado aqui como um desrespeito aos direitos humanos, não só dos professores, mas também dos alunos, de seus pais e de toda a sociedade, que, em última instância, sente os efeitos de tal desrespeito. Entendemos, então, que tal cenário é propício à escalada da violência, tanto em relação ao que adentra os muros escolares quanto ao que se processa nos seu interior, a partir de sua dinâmica institucional. Souza (2017)

Antes caracterizada como externa à escola, a violência passa a fazer parte do cotidiano escolar, transformando uma realidade para a qual os professores, de modo geral, se sentem despreparados. A escola pública, geralmente mal conservada e mal equipada, sofre grandes perdas com essas ações que acontecem com mais frequência nos finais de semana. Crescendo esses, como um dos grandes problemas da atualidade o uso e o tráfico de drogas. O tráfico organizado descobriu, nas escolas, um importante filão de consumo e, especialmente nas públicas, um local em que crianças e adolescentes são facilmente aliciados para trabalhar por ele.

A escola pode atuar frente a uma situação de violação de direitos da criança e do adolescente, seja trabalho infantil, violência física ou abuso sexual. Sinais de cansaço, marcas estranhas no corpo, dificuldade de se relacionar e de aprender são alguns dos sinais que uma criança ou um adolescente está sendo vítima de uma violência, o que muitas vezes impede o educador de agir não é uma falta de consciência, e sim de preparo. É de suma importância que o educador ou a educadora compreenda que seu papel dentro do fluxograma de atendimento à criança ou adolescente não é investigação de crime, mas de sensibilidade e escuta,

ele deve ser sensível no acolhimento e encaminhamento dessa criança, entendendo a vitalidade de seu papel no rompimento do ciclo de violência dessa e de outras vítimas. Mas investigar o crime cabe às outras partes do atendimento, por isso, o profissional deve ter conhecimento de rede de proteção. E o papel do educador é observar, pois a observação é importante para a detecção dos casos, que depois de investigar deve conversar com a criança e com a família, ainda que seja uma situação que envolve a escola e a família. O professor deve procurar uma aproximação mais afetiva, para ganhar a confiança dos alunos e poder ajudá-los em seus conflitos e em casos até chamar o Conselho Tutelar. Costa (2012)

Todos os dias, os estudantes enfrentam vários perigos, incluindo brigas, pressão para participar de gangues, bullying presencialmente e on-line, disciplina violenta, assédio sexual e violência armada, podem classificar inúmeras questões que levam a violência para o ambiente escolar. Por exemplo, os mais gerais: diferenças sociais, culturais, psicológicas, e tantas outras como: experiências de frustrações, diferenças de personalidades, competição, etc. E umas das principais dificuldades enfrentadas pelo educador pedagógico é a dificuldade de ensino aprendizagem que pode ser uma consequência da violência sofrida por crianças e adolescentes nas escolas ou até mesmo em casa. A dificuldade na aprendizagem pode se manifestar durante toda a vida do indivíduo e caso seja detectado logo no início do processo de aprendizagem, pode identificar essas dificuldades e assim que a criança ou adolescente se encontra na escola, caso não seja diagnosticada e tratada, pode causar sérios problemas no processo de aprendizagem. Costa (2012)

Com isso, pode afetar o relacionamento da criança ou adolescente com outras, então o papel da escola é permitir que a criança tome gosto pelo aprendizado, assim é importante que os pais e professores observem as crianças e adolescentes se estão enfrentando essa dificuldade na aprendizagem como consequência da violência que vem sofrendo dentro ou fora da escola.

Para Souza (2008), independentemente de seus tipos ou formas, atos de violência comprometem as relações sociais dos indivíduos que a sofrem e, particularmente, o desenvolvimento psicológico e emocional da criança, deixando sequelas, afetando nas brincadeiras, no desenvolvimento escolar e no dia-a-dia. Enfim, a criança que sofre algum tipo de violência, não tem um bom desempenho em suas atividades escolares e sociais.

A banalização da vida parece ser a marca do nosso tempo. Casos de violência passam despercebidos pela maioria da população, acostumada, talvez, à sua presença cotidiana, ocorrendo, quando muito, expressões de espanto e indignação de forma rápida e distante, apenas isso. O educador pedagógico muitas vezes parece se sentir impotente e inseguro, diante de uma sociedade fragmentada, cujas autoridades, responsáveis pela segurança e integridade do cidadão, parecem incapacitadas para resolver o problema da violência. Ferreira (2014)

Diante desse problema observei que também não estamos atendendo ao objetivo do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que é garantir proteção integral, a partir de um novo tratamento, em que são respeitadas as diferenças e a garantia à universalização dos direitos ali determinados (DIAS, 2002, p.40).

Segundo Dias (2002), o ECA estabelece que todas as crianças e adolescentes receberão atendimento individualizado quando necessitarem, sendo-lhes aplicadas medidas protetivas ou sócio-educativas de acordo com suas carências, depois de avaliada a situação psicológica e o contexto social e familiar de cada um, o Estatuto também mostra claramente, por critério etário, crianças e adolescentes, definindo que crianças são as pessoas com idade até onze anos, e adolescentes são aquelas entre doze e dezessete anos. Diz que estas pessoas são inimputáveis, o que não significa irresponsáveis.

A escola deve contribuir para a humanização da criança enquanto ser em desenvolvimento, deve ser reparadora das mazelas da violência que permeiam nosso cotidiano nestes últimos tempos. Nas conquistas e desafios da Declaração Universal de Direitos Humanos, incluem-se o exercício da e na cidadania, a ética, os valores morais estes sem dúvida, devem ser vivenciados na escola, culminando com o (re) significado da infância no século XXI, a partir da legitimação dos direitos da criança e do adolescente, garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990). Assim, devemos entender que o trabalho educativo do professor não pode conter, de forma alguma, em seu bojo, o rancor, a rispidez, o mau humor, o desrespeito, a ofensa, o cinismo, o autoritarismo que humilha e envergonha, Koehler diz que:

O professor deve ensinar a condição humana, individual e coletiva. Eis aqui um desafio para todos os professores, comprometidos com o “agir pedagógico” que privilegie interventivamente, o vínculo pessoal saudável, a

tolerância, a capacidade de cuidar do outro e se deixar ser cuidado. Esta é uma tarefa que devemos disseminar em nossas reflexões sobre as ações que permeiam nossas práticas educativas: a pessoa do professor enquanto profissional do desenvolvimento de “corações e mentes” (KOEHLER, 2008, p. 11).

Nesse entendimento, o contexto atual mostra-nos que a violência no mundo adulto, tem aguçado a situação de risco de crianças e jovens, além de reproduzir os valores desumanos. Precisamos compreender que uma das possibilidades para se atingir o paradigma de pleno desenvolvimento humano está em investir nas relações interpessoais, na educação e, portanto, na pessoa do professor como educador.

#### 4. RESULTADO DA PESQUISA

##### Características da Pesquisa:

O estudo ocorreu na Unidade Escola Severo Rocha localizada na região sudoeste do Estado no município de Jacobina do Piauí – PI, que fica na Avenida Vereador João Almeida no Centro da cidade, seu corpo docente é composto por 22 professores, 1 diretor 1 coordenador e 288 alunos.

A pesquisa foi de cunho bibliográfico e descritivo posto que esse tipo de pesquisa contribua para melhor obtenção de informações. Por isso esse estudo baseou-se em uma abordagem qualitativa.

##### Sujeito da Pesquisa:

Para realização desse estudo foi feito uma entrevista com diretor e coordenador da escola. De acordo com a pesquisa realizada em campo, a escola não tem em seu quadro de profissionais um técnico assistente social atuando diretamente na escola. E o assistente social desempenha um papel importante na escola, desde que trabalhe em parceria com todos da instituição, pois é essa parceria que potencializa o processo de aprendizagem e de formação de cidadãos de bens, sabemos que para isso acontecer de fato existe um longo caminho a ser percorrido.

Embora a escola não possua um profissional atuando diretamente no enfrentamento questão social junto à escola, a mesma tem identificado violências sofridas por crianças e adolescentes dentro ou fora da escola. E as principais violências detectadas são agressões entre os próprios alunos, agressões verbais, bullying e chegando a atos mais extremos como socos entre os próprios alunos.

Sendo assim, com toda dificuldade enfrentada pela escola frente às dificuldades no enfrentamento da questão social, perguntei qual a maior dificuldade no enfrentamento das questões sociais.

Diretor: Às vezes os problemas fora da escola causados pela questão social afeta direta ou indiretamente o rendimento escolar do aluno e isso é um dos maiores problemas que enfrentamos, por mais que a classe social de

nossos alunos sejam a mesma, eles sofrem por consequência disso e acabam perdendo o interesse pelos estudos.

Coordenador: As desigualdades culturais em relação ao gosto pelo estudo e a prática da leitura são nossos maiores problemas, porque o nível social dos nossos alunos é da mesma classe social. Esta situação, o estudante chega muitas vezes à escola apresentando comportamentos agressivos, irritado, inquieto e às vezes chega a brigar dentro na escola, perdendo a concentração nas aulas, e tornando-se distante, retraído e, assim, o seu aprendizado torna-se difícil e para nós educandos essa é uma grande dificuldade que enfrentamos.

Seguindo com a entrevista, perguntei quais as estratégias utilizadas pela direção e coordenação para o enfrentamento da questão social.

Diretor: As estratégias são de conciliação para resolver os problemas sem fazer acepção de nível social. Ressaltando todos nossos alunos são de mesma classe social.

Coordenador: Mostrar aos nossos alunos que o desenvolvimento social e cultural quem faz é eles mesmo, com o incentivo que vem da escola que é fazer – lhes cidadãos críticos e aptos a fazer uso das oportunidades que surgirem.

Embora não sejam estratégias preventivas a escola busca de alguma forma lidar com as desigualdades sofridas por seus alunos. Por isso é de extrema necessidade que todos os profissionais da educação, gestores e professores saibam lidar com o reflexo que esse assunto trás para dentro da escola. Gestores e professores podem fazer alguma coisa para ao menos diminuir as desigualdades que crianças e adolescentes acabam sofrendo por causa da questão social.

A escola também busca através de conversa direta com os alunos ou projetos que os envolvam, já que não há métodos eficazes que impactam diretamente no enfrentamento da questão social enfrentadas pelos alunos.

Prosseguindo com a entrevista foi perguntado qual a maior dificuldade encontrada pelo diretor e coordenador sem o apoio de um assistente social diante das dificuldades relacionadas a violências no UESR.

Diretor: A maior dificuldade é não saber que medida pode ser tomada para resolver certos problemas ou para quem encaminhar.

Coordenador: A nossa maior dificuldade é a falta de uma pessoa capacitada para lidar com tais situações, tanto para solucionar- los como para nos orientar nos procedimentos de soluções e conflitos.

A gestão escolar também relata que uma das dificuldades são os pais aceitarem que seus filhos necessitam de ajuda e que a escola consegue detectar que o aluno está necessitando de ajuda.

Finalizando a entrevista foi perguntado qual o impacto na relação entre aluno, família e escola no enfrentamento da questão social. E segundo o coordenador: “A escola tenta buscar ajuda do poder público, da comunidade e principalmente da assistência social para ajudar nos conflitos causados pelas expressões da questão social”.

Diante do relato percebi que a escola é muito carente de assistência, já que a mesma não possui um técnico atuando diretamente dentro da escola que possa ajudar impactando diretamente no enfrentamento dessas questões.

Mas a escola sem duvida é comprometida, forte e capaz de envolver todos, a respeitar as particularidades de cada um. De acordo com Duarte (1997, p. 220) “O espaço educacional é um lugar privilegiado, na medida em que é possível desenvolver ações com crianças e adolescentes, com suas famílias e com profissionais que trabalham”

E assim cada vez mais se deve pensar em ações concretas envolvendo a todos na escola para enfrentar os desafios que nela se apresentam. A escola deve ser um espaço de reflexão e união que promova cursos pedagógicos, palestras e formação continuada sobre os mais variados assuntos e principalmente no enfrentamento da questão social.

Estas respostas demonstram que os profissionais da educação possuem uma ideia do que seja o sistema de garantia de direitos para as crianças e adolescentes, mesmo considerando o fato de que nem todos responderam ao questionamento de maneira completa ou correta. Embora não tenham amplo conhecimento a respeito do sistema de garantia de direitos, os entrevistados entendem que a escola faz parte deste sistema, e acreditam ser necessário um trabalho em parceria entre escola e a rede de atendimento para as crianças e adolescentes. Mencionam o trabalhar junto como uma maneira de solucionar ou ao menos superar estas questões que surgem no cotidiano escolar, mas não especificam de que maneira exatamente poderia ocorrer esta parceria mencionada.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi repensar o Serviço Social, sobretudo a sua importância na área da educação. Procurou-se aprender sobre a origem da educação no Brasil sua trajetória e desenvolvimento na educação, como esta atualmente o sistema educacional brasileiro e como se deu a origem do Serviço Social na educação.

Diante da realidade vivida nas escolas atualmente frente às questões sociais sofridas por crianças e adolescentes, senti a necessidade de explorar esse campo de trabalho do Assistente Social.

A escola precisa desempenhar seu papel na construção de uma sociedade igualitária, e é através do conhecimento entre a realidade do aluno com a realidade da comunidade que precisamos estar em sintonia, respeitando a realidade social, econômica e cultural de cada um. A educação no Brasil em toda sua história traz em sua disposição a influência de diversas concepções de filosofia educacional que apresenta diferentes concepções pedagógica conservadora ou progressista

Diante disso, foi investigado quais são as atribuições do profissional de Serviço Social nas escolas públicas do município de Jacobina do Piauí – PI , como é seu dia-a-dia e o perfil dos alunos atendidos no município, bem com suas necessidades. Durante toda caminhada acadêmica, foi perceptível a falta de um profissional Assistente Social nas escolas do município de Jacobina do Piauí – PI, em particular a Unidade Escolar Severo Rocha, com isso despertou o interesse de conhecer sobre a importância de um Assistente Social na política de educação.

De acordo com os dados coletados na pesquisa bibliográfica referente ao contexto histórico do Serviço Social na Educação, viu-se que esse profissional está inserido nessa área desde 1930, e o assistente social servia como mediador entre escola, alunos e suas famílias. Compreendendo assim neste trabalho que o Assistente Social inserido na Política Educacional deve ter suas ações fundamentadas em no Código de Ética, na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9394/96), no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei 8742/93 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Embora a inserção do profissional em Serviço Social na área educacional tenha acontecido há décadas, várias escolas ainda não tem um profissional inserido



no seu quadro de profissionais que é o caso da Unidade Escolar Severo Rocha que serviu de base para a pesquisa.

O Serviço Social na Educação tem como intuito, o projeto ético-político profissional, garantir o exercício do direito à educação a todos, prezando por uma educação gratuita, laica, de qualidade para toda a população. Nessa perspectiva, projetos de leis como a PL de 2012 pela Lei nº 3.466 e o projeto de lei 3688/2000, conhecido como PL Educação foram criados a fim de contribuir com a inserção do assistente social nas escolas públicas, principalmente por ser um espaço de relações sociais constituídas as expressões da questão social. O presidente da República, Jair Bolsonaro, tentou vetar integralmente o projeto de lei que garantia atendimento por profissionais de psicologia e serviço social aos alunos das escolas públicas de educação básica.

A justificativa do então presidente “A propositura legislativa, ao estabelecer a obrigatoriedade de que as redes públicas de educação básica disponham de serviços de psicologia e de serviço social, por meio de equipes multiprofissionais, cria despesas obrigatórias ao Poder Executivo, sem que se tenha indicado a respectiva fonte de custeio, ausentes ainda os demonstrativos dos respectivos impactos orçamentários e financeiros, violando assim as regras do artigo 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como dos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal e ainda do artigo 114 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 (Lei 13.707, de 2018)” Mas, o veto foi derrubado por o Senado Federal e publicado no Diário Oficial da União em 12 de Dezembro de 2019.

Essa temática contribuiu para a pesquisa referente à importância do assistente social atuando frente às expressões da questão social que crianças e adolescentes da Unidade Escola Severo Rocha enfrentam. Contudo o nível social dos alunos é o mesmo e a escola mesmo assim apresenta dificuldade no enfrentamento dessas questões, seja por falta de conhecimento de não saber como lidar ou para quem encaminhar ou pela falta de credibilidade dos pais em achar que a escola seja capaz de identificar essas dificuldades.

Com isso, conclui-se que o assistente social no âmbito escolar pode contribuir na concretização de um espaço mais democrático de ensino, alcançando, além dos alunos, as famílias e a própria instituição. Essa profissão proporciona um cenário pautado em projetos e programas sociais, bem como em orientações e acompanhamentos tanto institucionais quanto em relação aos estudantes, buscando

intervir frente a problemáticas sociais e a garantir os direitos que lhes são instituídos enquanto cidadãos.

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) assistente social na atualidade. In: IAMAMOTO, M. V. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. Brasília: CFESS, 2002. p.33-74.

ALMEIDA, N. L. T. **Serviço Social e política educacional**: um breve balanço e desafio desta relação. 1º Encontro de Assistentes Sociais na Área de Educação. Belo Horizonte, 28 março 2003, p.1-9.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **O Serviço Social na educação**. In: Revista Inscrita, nº 6. Brasília, 2000.

AMARO, Sarita Teresinha Alves. **Serviço Social na escola**: o encontro da realidade com a educação. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.

AREQUE, I. C. ; SOUZA, J. A. N. O serviço social no enfrentamento da evasão escolar através do centro municipal de atendimento sócio-psicopedagógico ao educando – CEMASP. **Revista de Ciências Humanas e Sociais da FSDB**, ano V, v. IX, jan-jun, p. 103-114, 2009.

Bezerra, Mariana da Silva. A importância do Serviço Social na escola / Mariana da Silva Bezerra. - Natal, 2017.

BEZERRA, G. F. Enquanto não brotam as flores vivas: crítica à pedagogia da inclusão. 2012. 270f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2012.

BRASIL, Código de Ética do Assistente Social. Brasília – **CFESS**, 1993.

BRASIL, Constituição Federal. Brasília – DF, 1988.

COELHO, Lígia Martha C. da Costa. **História (s) da educação integral**. In: EM ABERTO. Brasília: Inep, v. 22, n. 80, p. 83 – 96.

DIAS, Gilka da Mata (coord.). **Manual da Cidadania Para Educadores**. Natal/RN. AMPERN. 2002.

Duarte, J. C. & Arboleda, M. R. C. (2004). **Sintomatologia, avaliação e tratamento do abuso sexual infantil**. Em V. Caballo (Org.), *Manual de psicologia clínica infantil e do adolescente: Transtornos gerais* (pp. 293-321). São Paulo: Santos  
<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/direito-educacao.htm> acesso em 14 de Dezembro de 2019

<https://www.todamateria.com.br/educacao-no-brasil/> acesso em 14 de Dezembro de 2019

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1999.

IBGE: **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** – Brasil em síntese; acessado <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao.html> em 25 de julho de 2019.

KOEHLER, Sonia Maria Ferreira. **Violência Psicológica: um estudo do fenômeno na relação professor aluno**. In. La nueva alfabetización: un reto para la educación del siglo XXI. 2008. Disponível em <http://smec.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espacovirtual/espacopraxispedagogicas/RELA%C3%87%C3%83O%20PROFESSORALUNO/violencia%20psicologica%20%20um%20estudo%20do%20fenomeno%20na%20relacao%20professor-aluno.pdf> acesso em 24 de Outubro de 2019.

LDB : **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – 2. ed. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. P 58.

LOPES, A. C.; ANDRADE, D. L.; CONCEIÇÃO, M. M. L. **Serviço social na área da educação**. In: **III Jornada Internacional de Políticas Públicas: Gestão Social e Desenvolvimento no século XXI**. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, p. 1-7, 2007.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **O Serviço Social na área da Educação**. In: Revista Serviço Social & Realidade. V 8 N° 1. UNESP, Franca: São Paulo, 1999.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. Editora: Cultura Acadêmica, UNESP, São Paulo, 2009a, p. 236.

PIANA, M. C. **Serviço social e educação: olhares que se entrecruzam**. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n. 2, p. 182-206, 2009b.

ROSSA, A. **Serviço social na educação. 2011, p. 85**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2011.

SANTOS, N. S. dos. **Serviço Social e educação: contribuições do assistente social na escola**. Vivências, Erechim, v. 8, n. 15, p. 124-134, 2012.

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas: Autores Associados, 2008. p. 246-253.

SILVA, J. C. M. Família: demandas para o serviço social. In: IV Encontro de Iniciação Científica e III Encontro de Extensão Universitária. **Revistas Eletrônicas Toledo Presidente Prudente**, SP, v. 4, n. 4, p. 1-10, 2008. Disponível em:<  
<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1592/1525>>. Acesso em: 17 de jun de 2019.

SOUZA, Íris de Lima. Serviço Social na Educação: **Saberes e competências necessárias no fazer profissional**. 2008. 233 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

SOUZA, Mirian Rodrigues de Souza. Caderno Discente do Instituto Superior de Educação. Aparecida de Goiânia-GO. 2008. **Violência nas Escolas, causas e Consequências**.  
<http://www.unifan.edu.br/files/pesquisa/Artigo%20VIOL%C3%8ANCIA%20NAS%20ESCOLAS%20-%20CAUSAS%20E%20CONSEQU%C3%8ANCIAS.pdf> acesso em 24 de Outubro de 2019.

SPOSITO, M. P. A. (2001). Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. *Educação e Pesquisa*, 27(1), 87-103.

VIGOTSKI, L. S. (1997). **Obras escogidas**. Madrid: Visor Distribuciones.

**ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO USADO NA ENTREVISTA AO DIRETOR E COORDENADOR DA UNIDADE ESCOLAR SEVERO ROCHA DE JACOBINA DO PIAUÍ – PI**

**QUESTIONÁRIO**

**Aluna:** Ana Maria de Sousa Silva

**Orientadora:** Natalia Luiza de Souza **Instituição:** UNINTER

Apresentação

Sou aluna de Serviço Social do Centro Universitário Internacional (UNINTER). Apresento este questionário com o intuito de atingir dados relevantes para minha pesquisa sobre o Serviço Social na Educação, com fins avaliativos para a apresentação no trabalho de conclusão de curso.

A escola tem identificado violências sofridas pelos alunos dentro ou fora da escola?

( ) Sim

( ) Não

Se sim, quais os tipos de violências?

---

---

---

---

A escola apresenta dificuldade no enfrentamento da questão social?

( ) Sim

( ) Não

Quais as principais expressões da questão social evidenciadas na escola?

---

---

---

---

---

Quais as estratégias utilizadas pela direção e coordenação para o enfrentamento da questão social?

---

---

---

---

Qual a maior dificuldade encontrada pelo coordenador e diretor sem o apoio de um assistente social diante das dificuldades relacionadas à violência na Unidade Escolar Severo Rocha no município de Jacobina do Piauí – PI?

-

---

---

---

---

---

Quais impactos na relação entre aluno, família e escola no enfrentamento da questão social?

---

---

---

---

---